



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Mundo do Trabalho

O trabalho infantil no contexto contemporâneo: uma análise a partir das cidades de Juazeiro do Norte (CE) e Toritama (PE)

1

Ademir Vilaronga Rios Junior

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo discutir no contexto contemporâneo da lógica do capital e dos seus “novos” modelos flexibilizantes a inserção de crianças e adolescentes no sistema produtivo. A partir de uma análise crítico-dialética, qualitativa, e através de exploração bibliográfica, buscaremos avançar na discussão sobre a inserção da força de trabalho infantil nos processos atrelados à interiorização da indústria brasileira em especial na Região Nordeste. O que é possível observar é que esse processo de interiorização, sob a lógica da acumulação flexível, tem contribuído para essa “nova” realidade de precarização da força de trabalho, utilizando em especial crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Trabalho Infantil. Interiorização da indústria. Acumulação flexível.

Abstract

This work aims to discuss the contemporary context of the logic of capital and its "new" plasticizers models to include the children and adolescents in the production system. From a critical-dialectical analysis, qualitative, and through an extensive exploration, seek advance the discussion on the inclusion of child labor in the processes linked to the interiorization of the Brazilian industry especially in the Northeast. What you can see is that this process of internalization, under the logic of flexible accumulation, has contributed to this "new" precarious reality of the workforce, using particularly children and adolescents.

Keywords: Child labor. Interiorization of industry. Flexible accumulation.

¹ Doutorando em Serviço Social (UFPE).

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre o trabalho infantil nas duas últimas décadas tem sido importante para percebermos as mudanças nessa realidade, no entanto, as discussões contemporâneas assumem um discurso fragmentado da realidade, que ora ver essa realidade como um estágio momentâneo a ser logo superada, ora pensada como uma expressão que deve ser amenizada, pois não é possível a sua superação ou mesmo vista como único meio de levar os sujeitos a mudanças do “destino da vida”. Visões que impedem um aprofundamento crítico dessa realidade, que limitam suas discussões a questões de pobreza, fatores culturais ou mesmo escolha desses sujeitos.

Nesse ensaio, resultado da discussão que vem sendo feita no âmbito do doutoramento, buscará, a partir de uma análise crítico-dialética, analisar o trabalho de crianças e adolescentes no contexto pertencente à lógica contemporânea do capital. Em especial, nos novos formatos que vem sendo constituído ao longo das últimas décadas, com base no modelo da acumulação flexível.

Buscaremos compreender, a partir de uma leitura qualitativa e através de exploração analítica bibliográfica, a participação da criança e do adolescente nas estruturas flexíveis existentes no contexto de reestruturação na fase da acumulação flexível. Tendo como foco o processo de interiorização da produção industrial no nordeste brasileiro, e como *loci* os Arranjos Produtivos Locais da produção calçadista da cidade de Juazeiro do Norte – CE e da produção têxtil/jeans em Toritama – PE, realidade que tem sido favorável a inserção do trabalho precoce de crianças e adolescentes.

Esses dois municípios vêm destacando-se pelo seu desenvolvimento econômico e demográfico nas últimas três décadas. Arelado a uma lógica neodesenvolvimentista, incorporado num vulgar reducionismo economicista, renunciando a problemática do desenvolvimento. Destarte, o que se observa é a ampliação da desigualdade social e conseqüentemente as mazelas da questão social em seu território: baixos salários, ampliação do mercado informal, o retorno à produção no viés “salário por peças”, não implicando em melhores condições sociais para a sua população, e a utilização do

trabalho infantil no sistema produtivo, acompanhado da evasão escolar e baixos índices educacionais. No entanto, não existe um diagnóstico eficiente ou mesmo uma estrutura política capaz de amenizar essa realidade.

Portanto, esse estudo avança no sentido de aproximação dessa realidade e tende a contribuir com a produção das ciências sociais e humanas. É válido salientar a importância do meio acadêmico em contribuir para a ampliação do conhecimento frente aos desafios que são postos pela própria sociedade.

2. DESENVOLVIMENTO

As mudanças na ordem do “sistema sociometabólico do capital” (MÉSZÁROS, 2011) nas últimas décadas vem estabelecendo novos limites e caminhos para a continuidade monopolista, redirecionando as relações sociais de produção e reprodução para garantir a continuidade do projeto explorador burguês. Mudanças, na ordem flexibilizante, que coloca as condições de trabalho e de direitos reféns das tentativas de precarização de vida dos sujeitos que vende a sua força de trabalho, dentre elas, estão os novos formatos de produção, de terceirização dos serviços, de “periferização” da produção na busca de reduzir os custos de mercadorias.

O Brasil na sua condição retardatária de desenvolvimento (SANTOS, 2012) tem sentido o impacto dessa realidade em dois caminhos. Primeiro, a vinda das multinacionais para explorar o vasto exército de reserva no país; segundo, pelo processo de interiorização da indústria a partir da década de 1990, principalmente para a Região Nordeste do país. Essa região, historicamente, foi colocada no patamar da produção primária, agricultura; todavia, a partir das últimas décadas do Século XX passou a receber à atenção e investimento do Estado para que as indústrias fossem instaladas nessa região, liberando os custos dos impostos para as empresas que desejasse implantar suas fábricas.

O Nordeste brasileiro destaca-se pela oferta de mão de obra, exército de reserva, além de todas as facilidades do Estado para a manutenção das fábricas nessa região, em destaque cidades que compõem o Semiárido Nordestino, como é o caso das que serão

estudadas. Destacamos aqui duas cidades que compõem a região do semiárido nordestino: Toritama, “capital do Jeans no Nordeste”, compondo o segundo maior polo nacional de produção têxtil; e Juazeiro do Norte, na produção de calçados (também joias), estando no Estado que é segundo exportador de calçados do país.

Nessas duas cidades identificamos peculiaridades em relação ao seu (neo)desenvolvimento² econômico com a ampliação da produção industrial, mercado de trabalho formal e informal, e demográfico. Paralelo a esse desenvolvimento, um Estado ausente de políticas públicas de educação, saúde e infraestrutura.

Nesse processo de interiorização que é possível identificar as condições de exploração que vivem os trabalhadores: baixos salários, direitos trabalhistas sendo negados, precarização das relações de trabalho; bem como o uso de trabalho infantil na produção informal (terceirizada) (LIMA *et al.*, 2011; PADILHA; RIOS JUNIOR, 2011).

Entendemos aqui, que esse processo, de interiorização da indústria, tem ampliado suas expressões particulares de acumulação do capital e do trabalho abstrato, como os caminhos que tem sido constituído ao longo da história da reprodução da lógica dominante. Em destaque, os modelos ligados ao que se conhece como “terceira Itália”; os novos formatos de trabalho familiar, onde o patrão é o “empregado” e esse é o “patrão”.

Nesses municípios em análise, observam-se formas de exploração, baseada em condições neodesenvolvimentistas, que são favoráveis à exploração e o trabalho de

²Apesar de não ser contemplada nesse ensaio, é válido salientar que entendemos esse contexto a partir da lógica neodesenvolvimentista que vem sendo implantada nas duas últimas décadas, em especial no Governo do PT. Corroboramos aqui com a reflexão de Sampaio Junior (2012) que entende essa lógica tratando da economia brasileira e seus elementos preponderantes, entende que os desafios do neodesenvolvimentismo consistem em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo, como os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo. Parte do suposto de que o crescimento constitui a chave para o enfrentamento das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo em que incorre num vulgar reducionismo economicista e simplesmente renuncia à problemática do desenvolvimento.

crianças e adolescentes, sendo um elemento necessário a esse processo de redução de custo nos valores da mercadoria.

Em relação ao trabalho de crianças e adolescentes é sabido que dentro da ordem do capital sempre fez parte da sua estrutura e foi necessária para reduzir os gastos do capital variável; força de trabalho “dócil” não recebia e não recebe os mesmos valores que os adultos. Fato, que levou a classe trabalhadora a partir do momento que caminha para sua condição de “classe para si”, ao visibilizar as suas condições, colocam em pauta as questões referente também sobre a infância. Logo, passaram a denunciar as condições de trabalho e de saúde pela qual vivenciavam esse perfil etário em desenvolvimento físico, cognitivo e social. Período esse que, segundo Santos (2012), através das lutas explicitam em todas as suas nuances a expressões de pauperização que viviam, colocando em pauta a “questão social” como resultante dos mecanismos de exploração do trabalho pelo capital.

Destarte, historicamente, podemos compreender o processo de exploração precoce infantil através da discussão que Marx e Engels vêm expondo na sua literatura. Em seu livro *O Capital*, Marx já tratava sobre essa realidade da participação de crianças no setor produtivo industrial, compondo o processo de exploração (MARX, 1983; 1984). *Na Crítica ao Programa de Gotha*, tratou sobre a necessidade da restrição ao trabalho feminino e a proibição do trabalho infantil, fixando o limite de idade (MARX, 2014a). No *Manifesto do Partido Comunista* ele trouxe a questão da educação pública e gratuita para todas as crianças e abolição do trabalho das crianças nas fábricas (MARX, 2014b).

Engels em seu livro, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, expõe claramente essa realidade, as condições da infância dos filhos dos operários e da sua exploração precoce no berço das Revoluções Industriais. Assim registra, “O abandono a que está condenada a grande maioria dos filhos dos trabalhadores deixa sequelas indeléveis e tem por consequência o enfraquecimento físico de toda a população operária” (ENGELS, 2010, p. 141-142). Realidade que colocava os operários, jornaleiros e os servidores domésticos a ter uma duração média de vida de apenas 15 anos. Colocando a infância operária em elevados índices de mortalidade, onde 57% morriam antes de completar 05 (cinco) anos.

A infância operária que precocemente são inseridas no chão da fábrica e não tinha acesso ao mínimo de educação formal passava a ajudar a família ao “[...] dar-lhes uma certa quantia pela alimentação e pela casa e ficam com o resto, o que ocorre muitas vezes a partir dos catorze ou quinze anos” (ENGELS, 2010, p. 182).

Para esse autor desde os começos da nova indústria as crianças foram empregadas nas fábricas, presença estas que passam a ser questionada já nos finais do Século XVIII e início do século XIX quando começam a surgir leis que restringem os abusos.

Observa Engels, que só a partir das mudanças estruturais e mais adequadas das fábricas vai reduzindo o número de crianças e desde então passa a ser raro encontrar menores de 9 anos. No entanto, “Aos nove anos, vai para a fábrica, trabalhando diariamente seis horas e meia, (antes, oito horas e, outrora, de doze a catorze e, às vezes, mesmo dezesseis) até a idade de treze anos; a partir de então, e até os dezoito anos, trabalhará doze horas por dia” (ENGELS, 2010, p. 188). Vale salientar que essa realidade, segundo o autor citado anteriormente, a realidade em outros setores ainda eram mais graves, a exemplo da tecelagem que era comum crianças de 5 anos na produção.

No momento em que as “associações” dos trabalhadores passaram a pressionar, foram criadas leis nas primeiras três décadas do Século XIX que começavam a limitar essa exploração na indústria. Decisões que eram questionar pelos setores burgueses por acreditarem que estavam contribuindo com a melhoria da vida das crianças e que não era um empecilho para esses sujeitos. Vejamos a fala de um burguês: “Visitei várias fábricas [...] e jamais vir crianças maltratadas, submetidas a castigos corporais ou mesmo que estivesse de mau humor. Pareciam todas alegres [...] e espertas, tendo prazer [...] e dando livre vazão à vivacidade própria da infância” (ENGELS, 2010, p. 204).

Apesar do foco de Marx e Engels não ser essa discussão, na sua produção teórico-metodológica trazem elementos que demonstram as condições desses trabalhadores que eram precocemente levados para as fábricas. Para Marx a utilização da força de trabalho infantil iria constituir o processo produtivo na indústria. Contudo, ele não alcançou os avanços e as conquistas no decorrer das lutas da classe trabalhadora, que dentre elas foram

às conquistas que passaram a limitar ou até mesmo superar a exploração direta na indústria da mão de crianças em condições subumanas.

É certo que na indústria houve esse avanço, no entanto a exploração desse perfil etário passou a ocupar os espaços mais precarizados e informais. Não está na indústria produzindo a mercadoria, mas está na produção da matéria prima; ou mesmo nos setores que mantém a precarização da produção, como os formatos organizativos da produção conhecido hoje como “Arranjos Produtivos Locais”. O trabalho infantil encontra-se em meios às novas estruturas flexibilizantes de produção e reprodução do capital, mantendo-se no mercado informal. Para o autor Lombardi a reflexão marxiana,

Além de registrar as transformações mais gerais da produção, o olhar de Marx em Engels direcionou-se para o registro da deterioração das condições de trabalho, da extensão da jornada e da intensificação do ritmo de trabalho, da redução dos salários e na consequente utilização intensiva da força de trabalho de mulheres e crianças. Não se pode esquecer que, para além da esfera produtiva, a Revolução Industrial constitui-se num amplo movimento que transformou praticamente todos os setores da vida social, das organizações e instituições sociais e políticas às mentalidades (LOMBARDI, 2010, p. 144)

A partir do século XX o debate sobre essa temática passou a ser pauta dos organismos internacionais - a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e mais tarde a Organização das Nações Unidas (ONU) -, principalmente nas duas últimas décadas desse século. Conforme Veiga (1998) o debate foi focado em duas linhas: tanto relacionando a questão dos direitos humanos quanto relacionados às discussões sobre padrões trabalhistas, pensando-se nas relações do comércio internacional. Já que a utilização dessa mão de obra seria um empecilho para o comércio “justo” entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Sendo esses últimos os que mais dependiam dessa força de trabalho, e ainda dependem, como forma de barateamento da produção.

No Brasil, essa discussão tornou-se perceptível, principalmente, a partir do início século XX no Brasil, quando a discussão passou a ser pauta dos setores políticos, influenciado pelo debate internacional. Historicamente o trabalho na infância foi visto pela sociedade brasileira, como necessário para a educação da criança pobre e do estabelecimento de valores morais e sociais (RIZZINNI, 2009; FALEIROS, 2009).

Também no país as primeiras discussões sobre a temática teve a reação da burguesia com as suas posições contrárias às limitações postas em relação à utilização

dessa força de trabalho. No entanto, mesmo com fortes oposições dos capitalistas, houve avanços no que se refere às legislações que passaram a limitar a idade mínima e as condições de trabalho desse público, a exemplo do Código de Menores de 1927.

No entanto, mesmo depois de pressões internacionais e dos avanços nas legislações no decorrer do século, em especial com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o trabalho infantil é uma realidade na economia local, que tem na exploração dessa mão de obra a forma de reduzir os custos da produção e tornar a mercadoria com preço mais competitivo no mercado.

Para Veiga (1998) a exploração da mão-de-obra infantil é caracterizada pelas situações na qual a criança e adolescentes ingressa na atividade laboral em idade muito jovem, com jornada abusiva e remuneração muito baixa ou inexistente, em condições de risco elevado e situações de semiescravidão. Nas palavras do autor, caracterizam-se também os casos em que se encontra em situação de grande responsabilidade, quando a atividade laboral impede ou dificulta o acesso à educação formal ou quando a autoestima e a dignidade da criança são afetadas.

É no cotidiano dessas relações sociais de produção e reprodução do capitalismo contemporâneo “flexível”, que ainda identificamos a exploração de crianças e adolescentes, bem como mulheres e idosos, que contribuem para a acumulação do capital. Nessa direção, o trabalho infantil em toda a história do capitalismo tem sido fonte barata e de exploração, negando o direito à infância, num processo de adultização da criança no processo produtivo. Realidade essa, que em muitos casos são invisíveis aos dados estatísticos, a exemplo do trabalho infantil doméstico, ou mesmo nos setores informais da economia (caso que será estudado nessa pesquisa).

O Brasil é um país onde suas taxas de trabalho infantil são altas e merece atenção das políticas sociais. Segundo dados do PNAD/2012 o país registrava 3,5 milhões de trabalhadores de 5 a 17 anos de idade. A população ocupada de 5 a 17 anos de idade era composta por 81 mil pessoas de 5 a 9 anos de idade; 473 mil na faixa de 10 a 13 anos de idade; e a maioria, 3,0 milhões, de 14 a 17 anos de idade. Nas três faixas etárias os homens eram maioria entre as pessoas ocupadas.

Mesmo com a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), a nível Federal e outros programas Estaduais e Municipais, o problema não estar sendo solucionado, ao contrário é persistente. O Brasil levará década para a sua possível e tão falada “erradicação”, se é que podemos pensar nessa hipótese.

Na literatura hoje, o peso da discussão coloca o trabalho infantil, numa leitura fragmentada da realidade, não crítica, diretamente ligado à pobreza, por entender que a situação de vulnerabilidade social obriga as famílias a incluir a força de trabalho dos filhos menores de idade para compor a renda familiar. Segundo Wendhausen (2006) a pobreza é um dos principais fatores que contribuem para a exploração do trabalho infantil. Ou mesmo discussões que perpassam determinantes como o fator cultural e moral, atrelando as profundas desigualdades sociais e não “inclusão” desses sujeitos. No entanto, compreendemos que essa realidade torna-se necessária a lógica contemporânea imperialista, como algo inerente ao desenvolvimento da ordem monopólica.

Para Padilha (2003), as famílias pobres desde muito cedo o trabalho doméstico ou mesmo as atividades remuneradas são vivenciados e reiterados como valor moral e condição indispensável para o bem de educar aquele que é pobre e como meio educativo associado à formação moral e ao caráter das crianças. Entende-se que esses fatores influenciam, não por si só, é apenas uma visão sem questionar a totalidade, queremos ir além deles e compreendemos a partir das contradições sociais da própria sociedade capitalista, dentro de um processo sociometabólico que produz essas condições necessárias a sua manutenção. Corroboramos aqui com Marilda quando ela afirma que,

A desigualdade que preside o processo de desenvolvimento do país tem sido uma de suas particularidades históricas: o moderno se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica brasileira ao atualizar marcas persistentes e, ao nosso tempo, transformando-as no contexto de globalização. Isso atribui um *ritmo histórico particular ao processo de mudanças*, uma cadência histórica particular, em que tanto o novo quanto o velho se alteram. Essa *coexistência de temporalidades históricas desiguais* faz com que a questão social presente, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a (IAMAMOTO, 2013, p. 37, grifos da autora).

É certo que na indústria brasileira, diretamente, está livre do trabalho infantil, porém, é visível o trabalho daqueles nos setores informais que vem abastecendo a indústria nacional e internacional, no processo de terceirização da produção. Nesse

espaço de precarização das condições de trabalho que buscaremos compreender essa realidade, de forma que possamos contribuir para com a leitura para além da aparência.

Diante das mudanças políticas e econômicas ocorridas nas três últimas décadas do século XX, marcada pelo esgotamento do modelo taylorismo/fordista e da teoria de regulação estatal keynesiana – welferiana, ao capital foi imprescindível estabelecer novas medidas para garantir a acumulação e manter o domínio sobre o trabalho. Tornou-se indispensável, nesta fase do imperialismo *contemporâneo capitalista*³ o reordenamentos das relações sociais de produção, como bem explica Gomes (2011, p.95):

[...] demandou do grande capital, medidas de enfrentamento que geraram a necessidade de recomposição e ajuste entre as forças produtivas e os aparelhos de hegemonia, requerendo nova forma de reestruturar a produção, flexibilizando, sobremaneira o mundo do trabalho e a a sua divisão social e técnica, implementando mecanismos socio-políticos que assegurem a reprodução.

Nas mudanças ocorridas no universo do mundo trabalho no capitalismo contemporâneo se observa a desproletarização do trabalho industrial, fabril, principalmente nos países de capitalismo avançado, diminuindo a classe operária tradicional, paralelamente expandiu-se o trabalho assalariado no setor de serviço. O resultado da “heterogeneização do trabalho” e da incorporação do contingente feminino no mundo operário foi a “subproletarização” na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, marcando a sociedade dual do capitalismo avançado (ANTUNES, 2003).

Os caminhos a partir da década de 1980 provocaram profundas transformações, nas formas de inserção na estrutura produtiva, em uma década de grande salto tecnológico. Segundo Antunes:

[...] o salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica, invadiram o universo fabril, vivendo-se um conjunto de experimentos, o fordismo e o taylorismo, não são únicos e mesclam-se, principalmente com as experiências decorrentes da chamada “Terceira Itália”, na Suécia (na região do Kalmar), do

³Na sua trajetória de pouco mais de um século, o imperialismo sofreu significativas transformações. Na história desse estágio o MPC, podem-se distinguir pelo menos três fases: a fase ‘clássica’ que, segundo Mandel vai de 1890 a 1940, os ‘anos dourados’, do fim da Segunda Guerra Mundial até a entrada dos anos setenta e o capitalismo contemporâneo, de meados dos anos 70 aos dias atuais [...]” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 192).

Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outros (ANTUNES, 2003, p. 23).

Para o referido autor, os novos processos de trabalho que emergiram neste período substituíram os cronômetros e a produção em série pela flexibilização da produção, adequou as novas formas de produção à lógica do capital; e resultou na desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas de modo a dotar o capital de instrumento necessário à sua nova fase. É nessa conjuntura que a criança e o adolescente tornam-se “mão dócil e barata” para atuar nos rearranjos produtivos.

Este reordenamento expressa as estratégias utilizadas pelo capital em direção ao enfrentamento da crise, através da reorganização do processo de produção de mercadorias e realização do lucro. Da reorganização das fases do ciclo global da mercadoria e da criação de mecanismo sociopolítico, culturais e institucionais necessários à manutenção do processo de reprodução social (MOTA; AMARAL, 2000).

Essas experiências da acumulação flexível conseguiram ultrapassar os limites regionais, atendendo as necessidades do capital e se estabeleceu em diversos países. Exemplo claro é o sistema adotado, conhecido como Arranjos Produtivos Locais (APLs)⁴. Esses arranjos estabeleceram-se em diversas regiões brasileiras como forma de contribuir para o desenvolvimento local⁵ e buscam potencializar a aptidão de trabalho da população, através de iniciativas locais, espontâneas; através de pequenas e médias empresas, trabalhadores autônomos, formais, informais, no próprio domicílios, e através da produção por peças.

Adequam-se à nova fase de acumulação que requer uma redivisão internacional do trabalho e supõe novos métodos de produção, gestão e de consumo de força de

⁴ Apresentam - se como caminhos para o desenvolvimento baseado em atividades que levam à expansão da renda, do emprego e da inovação. Espaços econômicos renovados, onde as pequenas empresas podem se desenvolver usufruindo as vantagens da localização, a partir da utilização dos princípios de organização industrial como alavanca para o desenvolvimento local, pela ajuda local às micro, pequenas e médias empresas (PMEs), trabalhando paralelamente estratégias de aprendizagem coletiva direcionada à inovação e ao crescimento descentralizado, enraizado em capacidades locais. Disponível em: <www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1199885181.pdf>. Acesso em: 20 de jul.2014.

⁵Essas experiências emergem na Itália entre os anos 1960 e 70, fundado num modelo de “distritos industriais” articulados em sistema de rede, cuja organização é altamente flexível, tanto do ponto de vista do custo de produção das mercadorias produzidas, como da gestão da força de trabalho (VASAPOLLO, 2004).

trabalho, longe das características que predominaram na chamada “era fordista”: produção em massa, padronizada, verticalizada, padrões rígidos de controle e disciplinamento da força de trabalho.

Segundo análise das autoras Amaral e Mota (2000), para os defensores da aplicabilidade dessa proposta no Brasil, consideram que as pequenas e médias empresas têm um grande potencial de respostas às dificuldades impostas na fase de acumulação flexível, apostando na cooperação competitiva e na cultura empreendedora que esse modelo possa ser pensado no Brasil como esteio da intervenção de políticas públicas, a partir da dimensão local.

Esta é nada mais, que uma resposta do capital para a continuidade de seu desenvolvimento, que encontrou nos países periféricos fonte de expansão e reprodução do capital, com ideias de territorialização, empreendedorismo, solidariedade e cooperação. Sendo o “cidadão produtivo” o responsável pela sua subsistência e pelo desenvolvimento local. Essa realidade, além da precarização das condições da classe trabalhadora, contribui também para o processo de desmobilização, resultando na desorganização sindical dos trabalhadores, realidade visível nesses municípios que servirão como exemplo: o município de Juazeiro do Norte (CE) e de Toritama (PE). Foram e são reconhecidos pelas suas condições favoráveis a aplicação dessa forma de sociabilidade metabólica, favorecendo o desenvolvimento desses “novos arranjos”.

O município de Juazeiro do Norte, localizada ao sul do Estado do Ceará, passa pelo processo de desenvolvimento econômico, atrelado, hoje, ao desenvolvimento da sua indústria, principalmente a calçadista; também na produção de artigos religiosos e de joias. Entretanto, paralelo ao seu desenvolvimento econômico, observa-se que as suas expressões da “questão social”, tornam-se mais visível, entre elas a violência e a desigualdade social.

Nesse processo fundamentado na lógica neodesenvolvimentista, que ao mesmo tempo aumenta o seu Produto Interno Bruto (PIB), também amplia as suas contradições sociais e expressões da questão social: a violência, a favelização, a precarização do trabalho – baixos salários, ampliação do mercado informal, o retorno à produção no viés

“salário por peças”, não implicando em melhores condições sociais para a sua população. É atrelado a esse contexto que observamos a ampliação do número de crianças e adolescentes inseridos no processo de exploração da mão de obra infantil no município.

O município possui uma população total de 249.939, sendo 91.367 entre as faixas etárias de 0 a 19 anos, representando 37% (IBGE, 2014). Dado esse, que demonstra a importância de estudarmos mais sobre essa faixa etária. Em relação à inserção de trabalhadores entre a faixa de 10 a 17 anos, ainda segundo o censo, havia 4.535 ocupadas. Desses que se encontravam ocupados, 1.061 não frequentavam a escola e 192 eram analfabetos. (IBGE, 2014). No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) os dados mostram que esse município não conseguiu alcançar as metas nem nos anos iniciais do ensino fundamental (4,2) nem nos anos finais (3,6). Comparando aos dados nacionais observa-se que 69,7% dos municípios brasileiros alcançaram nos anos iniciais, sendo a média nacional de 5,2, o que coloca o município de Juazeiro bem distante da média nacional. Em relação aos anos finais, 39,6% dos municípios atingiram as metas previstas para 2013 na rede pública, no entanto, a cidade analisada não conseguiu. A média nacional foi de 4,2 nos anos finais (INEP, 2014).

No que diz respeito à realidade da capital do jeans no nordeste brasileiro, Toritama é um município localizado no Estado de Pernambuco, compondo o segundo maior polo têxtil nacional, sendo característica local a produção de vestuário a partir do jeans. O que se observa também que não há no município interesse do poder público, nem organização privada ao enfrentamento à informalidade do setor produtivo. Como identifica a pesquisa a seguir:

Das 29 unidades fabris consultadas, 24% podem ser reconhecidas como pequenas empresas e, 76% são consideradas como microempresa. Observou-se que, dentre as unidades produtivas investigadas 72% são informais, enquanto apenas 28% são consideradas formais. A grande maioria das organizações se encontra em uma situação irregular, pois com a regularização muitos produtores não conseguiriam sobreviver com a fiscalização e os encargos tributários a cumprir (LIMA et al, 2011, p.11)

O município em 2010 havia 35.554 mil habitantes. Em relação ao trabalho infantil, segundo o Censo 2010 havia 1.781 trabalhando na faixa etária de 10 a 17 anos, sendo 31,5% dessa faixa. Em relação à frequência escolar, o percentual de pessoas que não frequentavam escola na população de 10 a 17 anos de idade, não ocupada na semana de

referência de estudo, eram 14,8% e o percentual de pessoas que não frequentavam escola na população de 10 a 17 anos de idade, ocupada na semana de referência 49,2% (IBGE, 2014). Em relação ao IDEB de Toritama as metas não foram alcançadas nem nos anos iniciais do ensino fundamental (3,5) nem nos anos finais (2,6). Dados que coloca o município bem abaixo dos dados nacionais (INEP, 2014). Nota-se a reduzida intervenção do poder público na oferta de políticas públicas aos seus habitantes. Dados apresentados por Oliveira (2007) chamam a atenção para a precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos nas áreas de saneamento, saúde e educação no município.

Portanto, como podemos observar esses dois municípios têm características peculiares de desenvolvimento econômico, social e educacional, bem como em relação à (não) presença do Estado. Desenvolvimento atrelado a condições que ampliam as contradições e as expressões da questão social.

3. CONCLUSÕES

A discussão ora proposta nos permitem avançar no entendimento, que apesar dos dados absolutos e quantitativos direcionarem para a redução do número de sujeito nessa faixa etária, o que se observa são novas realidades e novos contextos de exploração da mão de obra infantil atrelado ao projeto flexibilizante da reprodução das relações sociais capitalista, como por exemplo, a interiorização da produção industrial, em especial para regiões como o Semiárido Nordeste.

Em relação à literatura sobre o trabalho infantil, hoje, há um destaque sobre os estudos relacionados à inserção na agricultura, aos que estão em situação de rua ou mesmo no que diz respeito ao trabalho doméstico. No entanto, a discussão sobre a participação desse perfil etário na produção de bens de consumo, atrelado principalmente à produção industrial de forma indireta (terceirizada) não há estudos contemporâneos.

O que se observa é que esses novos arranjos produtivos configuram-se hoje como um espaço de precarização das condições de trabalho, na utilização de mão de obra barata, abundante, sem um Estado presente, ou de olhos fechados para essa realidade. Nessas condições que o trabalho de crianças e adolescentes estão sendo utilizados de forma ilegal, indiscriminada, condições estas que nos remetem as leituras de Marx (1983)

Engels (2010) sobre a situação desses sujeitos na indústria no século XIX e na fase pré-capitalista. Formas que passam a conviver muito bem com as atuais mudanças na estrutura produtiva, no processo de precarização e subalternização do trabalho: produção informal, sem a presença da organização sindical, em espaços domésticos que são utilizados para a produção, ou mesmo nos espaços precários, pequenas fabriquetas, sem condições de segurança e salubridade.

Esses municípios em estudo demonstram claramente essa realidade, principalmente pelo papel que os entes estatais vêm ocupando. Condições precarizadas das políticas sociais, baixos índices educacionais, dados significativos de sujeitos em idade escolar fora desse âmbito e percentual também significativo de inserção precoce de mão de obra de crianças e adolescentes.

Assim, podemos perceber que a discussão que perpassa sobre a necessidade de “erradicar” essa realidade se distancia cada vez mais das nossas possibilidades, entendo aqui, que esse “novo” contexto de exploração como um novo modelo de acumulação da lógica do capital submeterá ainda mais todas as formas de exploração, entre ela a mão de obra infantil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 2003.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB)**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FALEIRO, V. de P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINNI, I; PILOTTI, F. (orgs). **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, C. M^a. C. O caráter reificado da modalidade de enfrentamento da questão social no campo contraditório de negação e afirmação de direitos. In: FORTI, V; GUERRA, Y.

Direitos humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 17 set. 2014.

LIMA, J. M. da S. *et al.* A gestão da inovação no APL de confecção de Toritama: um estudo sobre a dinâmica produção-comercialização. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 7, 2011. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/portals/2/documents/cneg7/anais/t11_0409_1518.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

LOMBARDI, J. C. Trabalho e educação infantil em Marx e Engels. **Revista HISTEDBR**, Campinas: FE/HISTEDBR / Unicamp, 2010. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/index.php/histedbr/article/view/3403>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Vol. I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Crítica ao programa de Gotha.** Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000035.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2014a.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000042.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014b.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. 1.ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, A. E; AMARAL, A. Reestruturação do Capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E.(org). **A nova fábrica de consenso:** ensaios sobre a reestrutura empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Francicleide P. de. **Percepção Ambiental e Gestão do Meio Ambiente de Toritama(PE):** estudo da percepção de diferentes atores sociais sobre o rio Capibaribe. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado)-Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Ufpe, Recife, 2007.

NETTO, J. P; BRAZ, M.. **Economia política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PADILHA, M. D. **Criança não deve trabalhar**: PETI e sociabilidade familiar. Recife: CEPE, 2006.

RIOS JUNIOR, A. V. O trabalho infantil no município de Toritama/PE. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 28., 2011. **Anais...** (CD ROM). Recife, 2011.

SAMPAIO JUNIOR, P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 112, 2012.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

RIZZINI, I. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, I; PILOTTI, F. (orgs). **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

VASAPOLLO, L. **Novos desequilíbrios Capitalista**: paradoxo do capital e competição global. São Paulo: Práxis, 2004.

VEIGA, J.P.C. **A questão do trabalho infantil**. São Paulo: ABET, 1998.

WENDHAUSEN. E. J. Pensando os Direitos Humanos como Formadores de Capital Social: o Trabalho Infanto-Juvenil na Cultura do Arroz no Estado de Sergipe. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 86, 2006.